

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

RHAYSSA MOREIRA CARVAHO

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): PAPEL DO
PEDAGOGO NO PROCESSO DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

**TABATINGA – AM
2022**

RHAYSSA MOREIRA CARVAHO

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): PAPEL DO
PEDAGOGO NO PROCESSO DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado como requisito parcial à
obtenção do grau de licenciado (a) em
Pedagogia pela Universidade do Estado do
Amazonas.

Orientadora: Prof^a Ma. Darcimar Souza
Rodrigues.

**TABATINGA – AM
2022**

RHAYSSA MOREIRA CARVAHO

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): PAPEL DO
PEDAGOGO NO PROCESSO DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado como requisito parcial à obtenção
do grau de licenciado (a) em Pedagogia pela
Universidade do Estado do Amazonas.

Aprovado em _____ de _____ de 2022

BANCA AVALIADORA

Orientadora Prof^a Ma. Darcimar Souza Rodrigues
Centro de Estudos Superiores de Tabatinga - UEA

Avaliadora 1 - Prof^o. Esp. Tamires Furtado das Chagas
Centro de Estudos Superiores de Tabatinga - UEA

Avaliadora 2 - Prof^o. Esp. Bibiane Fagundes da Costa Miranda
Rede de Ensino Municipal - SEMED

**TABATINGA – AM
2022**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

C331tt CARVALHO, RHAYSSA MOREIRA
TRANSTORNO DO ASPECTRO AUTISTA (TEA):
PAPEL DO PEDAGOGO NO PROCESSO DE
INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL / RHAYSSA
MOREIRA CARVALHO. Manaus : [s.n], 2022.
43 f.: il.; 16 cm.

TCC - LICENCIATURA EM PEDAGOGIA -
GRADUAÇÃO - Universidade do Estado do Amazonas,
Manaus, 2022.

Inclui bibliografia

Orientador: Rodrigues, Darcimar Souza

1. INCLUSÃO. 2. PEDAGOGIA. 3. TEA. 4.
AFETIVIDADE. I. Rodrigues, Darcimar Souza (Orient.).
II. Universidade do Estado do Amazonas. III.
TRANSTORNO DO ASPECTRO AUTISTA (TEA):
PAPEL DO PEDAGOGO NO PROCESSO DE
INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Dedico este trabalho a Deus, a minha família, a todas as crianças autistas e a todos que de certa forma contribuíram para a realização deste projeto.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por não me deixar desistir, sempre estar nos meus pensamentos, me dando sabedoria e força nas decisões mais difíceis e me ajudando a ser um ser humano melhor.

Agradeço imensamente a minha mãe Joana Barbosa Moreira, por sempre me apoiar nesta formação, me dando conselhos que fizeram toda a diferença na minha jornada de estudos, onde sempre acreditou no meu potencial, e fez de tudo para ter uma profissão e um futuro digno.

À minha filha Elisa Carvalho Silva, que apesar da menor idade, foi uma grande guerreira, pois sempre estava ao meu lado nessa caminhada, seja ela em sala de aula, como nos estudos em grupos ou individuais, buscando compreender minha falta de tempo para com ela. Amo você!

À professora Darcimar Souza Rodrigues, por toda a dedicação e orientações deste trabalho, sendo imprescindível para minha formação profissional.

Agradeço também as minhas companheiras e companheiro de turma, que sempre estiveram presentes pra me reerguer nos meus momentos de desespero, não me deixando esmorecer, mas sempre me ajudando e me fortalecendo a vencer os desafios da caminhada. O meu muito obrigada a todos.

“Tudo posso naquele que me fortalece.”
Filipenses 4-13

RESUMO

O presente trabalho tem como tema: “Transtorno do Espectro Autista (TEA): Papel do Pedagogo no Processo de Inclusão na Educação Infantil” que objetivou discutir o trabalho do pedagogo diante de alunos autistas, pautando a importância de suas ações. Almeja auxiliar as instituições educacionais, construindo um olhar mais completo, solidário e respeitoso do aluno e das suas condições para aprender. Assim, acreditamos que o pedagogo pode contribuir de maneira efetiva, procurando entender melhor o seu aluno e assim promover a aprendizagem, no atendimento ao aluno, uma vez que é um especialista em aprendizagem e pode reconhecer, prevenir e tratar as dificuldades, promovendo a inclusão do aluno autista.

Palavras-Chave: Inclusão. Pedagogia. TEA. Afetividade.

ABSTRACT

The present work has as general objective to discuss the work of the pedagogue before autistic students, guiding the importance of their actions. It aims to help the framework of educational institutions, building a more complete, supportive view of the student and their conditions for learning. The specific objectives include scoring school inclusion; discuss the TEA; to verify the contributions of affective actions in early childhood education towards autistic students; and talk about the development of learning of autistic students in the school environment and the family with affection. Thus, we believe that the psychopedagogue can contribute effectively, both in helping the teacher to better understand his student and thus promoting learning, and in serving the student, since he is an expert in learning and can recognize, prevent and to treat the difficulties, promoting the inclusion of the autistic student.

Key – Words: Inclusion. Pedagogy. TEA Affectivity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
1.1 INCLUSÃO ESCOLAR.....	13
1.2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)	16
1.3 O PAPEL DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	21
1.4 CONTRIBUIÇÕES DE AÇÕES AFETIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DIANTE ALUNOS AUTISTAS.....	26
CAPÍTULO II – MATERIAIS E MÉTODOS.....	36
2.1. TIPO DE ESTUDO.....	36
2.2 COLETA DE DADOS.....	37
2.3 ANALISE DOS DADOS.....	37
2.4 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA.....	37
CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	45

INTRODUÇÃO

A diversidade educacional é composta de valores, conhecimentos, atitudes, linguagens e diferentes saberes. Tem gerado aos educadores questionamentos, levando-os a pesquisar sobre práticas educativas adequadas à realidade cultural, o nível de conhecimento e o seu significado para o aluno. Conviver com as diferenças culturais contribui para o enriquecimento dos indivíduos envolvidos: educador e educando. Ao chegarem no ambiente escolar, os alunos, trazem consigo uma ideologia formada acerca desta. Sinais dessa forma de pensar são identificados através da forma como tratam o professor, comportamento em sala de aula, suas estratégias de aprendizagem e compreensão.

É relevante conscientizar-se de que os estilos de aprendizagem e as inteligências individuais precisam orientar o nosso estilo de ensino. Uma escola centrada no discente propõe seus objetivos após o reconhecimento do nível em que o aluno se encontra e dos seus potenciais. Desenvolver uma competência de aprendizagem exige do aluno o envolvimento com aquilo que se quer aprender, o que ocasionará transformação pelo conhecimento, ou seja, aprendizagem. A motivação é um princípio a ser usada, esta levará o aluno a engajar-se na situação de ensino.

A história da educação para pessoas com deficiência teve várias fases: exclusão, segregação, integração e inclusão. Na fase da exclusão eram ignorados pela sociedade. Na fase da segregação eram excluídos pela família e pela sociedade, viviam em instituições pela vida inteira. Na fase da integração surgiram às classes especiais dentro de escolas comuns, e finalmente, a fase da inclusão na qual, de acordo com Mantoan apud Sasaki, 1997, o termo integração é abandonado uma vez que o objetivo é incluir o aluno ou grupo de alunos que já foram excluídos anteriormente.

O presente trabalho traz ao leitor a atuação do pedagogo na inclusão do aluno autista na educação infantil, pautando a importância da família no meio escolar. É notório que os docentes enfrentam dificuldades no atendimento desses alunos na sala regular, mas isso não deve ser motivo para não aceitarem ou excluírem, mas sim de buscarem mecanismos para auxiliar o discente. O pedagogo é um dos auxiliares nesse processo, além de que é preciso acreditar na inclusão

social e para que ela aconteça, a sociedade precisa adaptar-se aos portadores de necessidades especiais.

O presente trabalho tem como objetivo geral discutir o trabalho do pedagogo diante alunos autistas, pautando a importância de suas ações. Almeja auxiliar o quadro das instituições educacionais, construindo um olhar mais completo, solidário a respeito do aluno e das suas condições para aprender. Os objetivos específicos contemplam pontuar a inclusão escolar; discutir o TEA; verificar as contribuições de ações afetivas na educação infantil para com alunos autistas; e discorrer acerca do desenvolvimento da aprendizagem de discentes autistas frente o ambiente escolar e a família com afetividade.

A escolha desse tema sobre Autismo na educação infantil, partiu do fato que é de fundamental importância, pois além de ser um tema novo, com o passar dos anos surgem inovações nas informações, no tratamento e no diagnóstico, que auxiliam os responsáveis, o docente, a equipe pedagógica tratar o interacionismo, a inclusão no meio social, e a aplicação de métodos que melhorem o desenvolvimento comportamental e intelectual. Portanto, este trabalho vai além do acadêmico, tornando-se uma benéfica contribuição para o processo educacional e para as famílias, estimulando positivamente maneiras de fortalecer, criar recursos, amparar alunos autistas.

CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 INCLUSÃO ESCOLAR

O espaço escolar possibilita o desenvolvimento de várias identidades e quando se fala de diversidade cultural levando em pauta as considerações feitas por Paulo Freire e Stuart Hall, observa-se que esta vem carregada de valores, conhecimentos e saberes, e ao trabalhá-los de forma que todos se reconheçam socialmente e culturalmente num tempo e espaços determinados, tornam-se capazes de identificarem e compreenderem outras culturas, valorizando-as e respeitando-as. Sendo esta uma possibilidade para que esses sujeitos se transformem e compreendam a complexa vida social em que se inserem.

A inclusão de alunos com necessidades especiais em escolas regulares vai muito além de aceitá-los. Consiste em rever concepções e paradigmas, é preciso desenvolver o potencial desses indivíduos e apresentar caminhos que tornem sua permanência naquele espaço duradoura. As políticas públicas de inclusão são para:

É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro. (MANTOAN, 2002pg, 23).

A inclusão é um termo novo, visto que os deficientes sofreram anos de maus tratos, abusos e exclusão. A lei brasileira de inclusão (LBI) também conhecida como estatuto da pessoa com deficiência garante que (nº 13.146 de julho de 2015 que garante em seu capítulo II artigo 4º) “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não sofrera nenhuma espécie de discriminação”.

O desenvolvimento de ações estratégicas, que incluem a adaptação curricular e formação de recursos humanos, tem sido focalizado pelo SECADI MEC, com o objetivo de alcançar a meta de combate à exclusão de qualquer pessoa do sistema educacional. No entanto, a creche e a pré-escola, que configura a educação

infantil estão iniciando ações com o objetivo de facilitar a inclusão. O ingresso do aluno na educação infantil possibilita a ele desde cedo a convivência com a comunidade, aproveitando esse período para formar uma consciência crítica, pautada na inclusão:

[...] a educação infantil, proposta nos espaços da creche e pré-escola, possibilita que a criança com deficiência experimente aquilo que outros bebês e crianças da mesma idade estão vivenciando: brincadeiras corporais, sensoriais, musicas, histórias, cores, formas, tempo e espaço e afeto. Buscando construir bases e alicerces para o aprendizado, a criança pequena com deficiência também necessita experimentar, movimentar-se e deslocar-se (mesmo do seu jeito diferente); necessita tocar, perceber e comparar; entrar, sair, compor e desfazer; necessita significar o que percebe com os sentidos, como qualquer outra criança de sua idade (BERSCH; MACHADO, 2007, p.19).

Quando a criança adentra ao ambiente escolar, adquire as mesmas oportunidades que as demais de aprender sobre si e o mundo em que está inserida. Conforme a declaração dos direitos das pessoas deficientes, as pessoas com necessidades educacionais especiais têm direitos a medida que visem capacitá-las, a tornarem-se tão autoconfiantes quanto possível.

A Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional (9394/96) é o documento que rege todas as ações no âmbito educacional, orienta sobre competências e responsabilidades. Diz que a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais deve ser oferecida de preferência na rede regular de ensino. A resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001 é um dos mais atuais documentos que reforçam a lei de diretrizes e bases da educação no tocante à educação especial, de como deve ser e de como os espaços escolares devem se organizar.

A Lei 8069 de 13 de julho de 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 53 declara que “é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico bem como participar da definição das propostas educacionais”. Percebe-se que um caminho está sendo trilhado para as pessoas com deficiências, a legislação é clara quando evidencia os direitos desses sujeitos e as obrigações das instituições de ensino para que sejam cada vez mais incluídos nas escolas, com uma educação de qualidade e igualitária, superando as barreiras existentes, resultando assim em uma sociedade inclusiva onde todos são aceitos, com as mesmas oportunidades e valorização. O quadro de mudanças e evoluções

na inclusão foi difícil e atualmente diante de Leis, decretos, projetos e declarações que visam a plena inclusão na educação, isso ainda não é uma realidade, falta um bom Plano Pedagógico, capacitação e infraestrutura para isso.

Para Vigotsky “o aprendizado é mais do que a aquisição de capacidades para pensar; é a aquisição de muitas capacidades especializadas para pensar sobre várias coisas” (VIGOTSKY, 1991, p.55). A educação infantil para a criança é uma época de descobrimento, nesta fase a criança aprende e se desenvolve fisicamente e intelectualmente e é importante que os educadores saibam lidar e tenham qualificações profissionais para atuarem neste segmento da educação. Nesta fase a criança é curiosa, quer ver e sentir as coisas. As crianças especiais também têm estas mesmas curiosidades, entretanto, algumas vezes o desenvolvimento ocorre mais limitadamente ou de maneira mais lenta. É preciso incentivar e tratar a criança especial sem julgamentos é preciso que haja empatia entre as crianças e não se pode tratar de forma diferente um aluno do outro.

É preciso que haja uma parceria entre os pais e a escola. Eles precisam se tornar uma equipe que seguem os mesmos princípios em relação aos objetivos que pretendem atingir, para que ocorra a construção de uma sociedade inclusiva é necessária, antes de tudo, uma mudança no pensamento das pessoas e na estrutura da sociedade. A Lei 8069 de 13 de julho de 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 53 declara que “é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico bem como participar da definição das propostas educacionais”.

É necessário que os pais tenham o interesse de saber o que acontece com seus filhos no ambiente escolar, além de ratificar o que foi passado em sala, auxiliando a escola no papel de “educadora”. Devemos mudar o pensamento de que a escola tem total responsabilidade pela educação dos alunos. Vasconcelos (1989) afirma que cada vez mais os alunos vêm para a escola com menos limites trabalhados pela família e muitos pais chegam até mesmo a passar toda responsabilidade para a escola.

A interação entre os alunos e os professores promove uma rica troca de conhecimentos entre os experientes e os menos experientes da cultura em questão. A interação entre os alunos/crianças é muito importante no desenvolvimento das aprendizagens significativas no ambiente escolar; através dessa interação, eles

trocam informações, linguagens e ações; começam a se relacionar com o outro, aprendendo a respeitá-lo e a construir valores e princípios de colaboração generosidade e solidariedade. O educador pode ser encarado como um sujeito que possui grande participação na história pessoal de cada aluno, através da interação do educador com o aluno são criados laços de afinidade e afetividade. Podemos dizer que o adulto tem um papel fundamental no desenvolvimento da criança, pelo fato dele ser o transmissor da cultura e o guia na construção de significados.

O adulto exerce um papel fundamental na construção de desenvolvimento das crianças. É através da interação social que a criança desenvolve o seu modo de pensar, aprendendo a respeitar suas diferenças e as dos outros, a pratica pedagógica que determinará o sucesso das ações. O importante é o docente ter consciência dos direitos de seu aluno e a necessidade que este tem de desenvolver-se para assim montar planos de aula que promovam a socialização e a aprendizagem. Para que ocorra essa inclusão é preciso que a mudança ocorra em sala de aula, é preciso uma iniciativa da escola visando o melhor para o desenvolvimento do aluno. As crianças chegam à escola como um papel em branco no qual o educador tem como tarefa moldar e trabalhar o pleno desenvolvimento formando cidadãos conscientes e responsáveis.

Entender a necessidade de incluir pessoas equivale admitir a existência de exclusão destas. Receber alunos com necessidades educacionais especiais e proporcionar-lhes condições para se desenvolverem com autonomia tendo garantida sua cidadania tem sido a principal meta. Enfim, incluir e sentir-se incluído, respeitar o eu do outro, levando em conta as especificidades, oferecer suporte para que o outro, embora com suas diferenças, possa se desenvolver em condições de igualdade.

1.2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O termo autismo atualmente é entendido por uma inadequação no desenvolvimento humano e que se perdura por toda a vida, na qual os primeiros sintomas aparecem nos três primeiros anos de vida, onde variam os graus do autismo conforme os comportamentos que o indivíduo possui diante do meio social, porém, não é um entendimento fixo, já que com o passar dos anos, ocorre

transformações do saber, conseqüentemente, grandes possibilidades de mudanças no conhecimento sobre autismo. Segundo Elaine Rodrigues Brito sobre concepção de autismo:

O autismo é uma síndrome complexa que afeta três importantes áreas do desenvolvimento humano que é a comunicação, a socialização e o comportamento. (BRITO, 2015, p. 82).

Fazendo uma retrospectiva histórica do termo autismo, iniciou-se em 1911 pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, que observando pacientes esquizofrênicos, chegou à conclusão que as reações de tais pacientes eram uma fuga da realidade para o seu mundo interno. Em 1943 o médico Leo Kanner nos Estados Unidos, realizou um estudo com 11 crianças, observando as características individualizadas da distância afetiva das mesmas, nomeando esse estudo como “distúrbio autístico do contato afetivo”. De acordo com Janine Coelho Rodrigues:

Kanner, 1949, refere-se ao quadro com o nome de Autismo Infantil Precoce, evidenciando serias dificuldades de contatos com pessoas, ideia fixa em manter os objetos e as situações sem varia-los, fisionomia inteligente, alterações na linguagem do tipo versão pronominal, neologismo e metáforas. (RODRIGUES, 2010, p. 18).

Já em 1944 Hans Asperger escreveu o artigo “A psicopatía autista na infância”, relatando com destaque que o comportamento de afastamento social, dava-se preferencialmente em meninos, trazendo uma nova descoberta para os estudos de autismo. Então outros pesquisadores surgiram ao longo dos anos, estudando e procurando entender a fundo o autismo tendo como base os estudos do médico Leo Kanner que fez um diferencial marcante ao tomar o interesse de estudar crianças com comportamentos autistas. Vale ressaltar que tais pesquisas são mediante a ação comportamental das crianças, logo, não há descobertas da origem do autismo até os dias atuais.

Diante do interesse de pesquisadores em compreender o autismo, em 2007, um fato memorável foi a ONU fundar no dia 2 de abril de 2007, o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, com o intuito para despertar nas pessoas, a importância de conhecer esse transtorno e como buscar tratamento, pois, no

decorrer dos tempos, o índice de autismo até o ano de 2007, aumentou consideravelmente.

Trazendo para o Brasil, métodos foram criados para acolher e proteger indivíduos com autismo, a princípio com esse estabelecer da ONU, o país inseriu no calendário oficial brasileiro no ano de 2018, o Dia Mundial da Conscientização do Autismo (2 de abril). Já em 2012, é criado a **Lei Berenice Piana (12.764/12)**, que determina a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, sendo este um marco de suma importância, abrangendo positivamente o diagnóstico precoce, o tratamento, a proteção, os medicamentos necessários, ou seja, o país reconhece a existência do transtorno e entende a necessidade de desenvolver meios de ajudar pessoas com Transtorno de Espectro Autista – TEA.

Segundo Eugenio Cunha com os estudos do autismo:

Pode haver diagnósticos médicos abarcando quadros comportamentais diferentes. Isto porque o autismo varia em grau de intensidade e de incidência dos sintomas. Tal heterogeneidade tem levado a revisão das diretrizes para o seu diagnóstico, inclusive com a mudança da nomenclatura para “Transtorno do Espectro Autista”. (CUNHA, 2013, p.23).

Apesar de tais sintomas, os autistas possuem incríveis habilidades em algo específico que chama sua atenção, pode ser uma disciplina escolar, na qual é possível ter um excelente desenvolvimento, ou como a música, um esporte, entre outros. Conforme a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU, 1948) as pessoas com necessidades educacionais especiais têm direitos a medidas que visem capacitá-las a tornarem-se autoconfiantes. Dentre os variados transtornos que afetam o desenvolvimento de uma criança, discutimos aqui o Transtorno do Espectro Autista (TEA). O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014) traz o TEA como um transtorno do neurodesenvolvimento sendo definido como:

[...] déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 31).

Pontua-se que os déficits na interação e comunicação social são vistos como dificuldades em iniciar e manter diálogos com função comunicativa, acarretando problemas, tais como dificuldades em iniciar e/ou manter diálogo, compartilhar interesses; uso de comportamentos não verbais; ajustar seu comportamento a contextos sociais diversos; falta de reciprocidade social ou emocional; dificuldade em compreender brincadeira simbólica e abstração (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). O TEA apresenta-se em três níveis de gravidade, conforme o Quadro 1 disposto a seguir:

Quadro 1 – Níveis de gravidade do Transtorno do Espectro Autista

Nível 3 (exigindo apoio muito substancial)	Nível 2 (exigindo apoio substancial)	Nível 1 (exigindo apoio)
Déficit grave na comunicação verbal e não verbal, causando prejuízos graves de funcionamento e grande limitação nas interações sociais.	Déficit grave na comunicação verbal e não verbal, causando prejuízos de funcionamento e limitação nas interações sociais.	Déficit na comunicação social causando prejuízos notáveis nas interações sociais; interesse reduzido por interações sociais.
Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com mudanças, comportamentos restritos/repetitivos que interferem acentuadamente no funcionamento.	Inflexibilidade de comportamento, dificuldade em lidar com mudanças, comportamentos restritos/repetitivos que interferem no funcionamento.	Inflexibilidade de comportamento, dificuldade em trocar de atividade, obstáculos para independência (dificuldade de organização e planejamento).

O TEA, segundo a Associação Americana de Psiquiatria (APA, 2013) consiste em um transtorno referente ao neuro desenvolvimento, é importante destacar que o termo Autismo foi utilizado à primeira vez em 1911, por meio do psiquiatra suíço Eugen Bleuler, ele buscava descrever as características da esquizofrenia. Mas, a denominação do autismo tomou uma proporção maior apenas em 1943 através do psiquiatra Leo Kanner, que em suas primeiras pesquisas já abordava características do autismo de forma relevante (SANTOS, VIEIRA 2017). Em resumo:

[...] as manifestações comportamentais que definem o TEA incluem comprometimentos qualitativos no desenvolvimento sociocomunicativo, bem como a presença de comportamentos estereotipados e de um repertório restrito de interesses e atividades, sendo que os sintomas nessas áreas,

quando tomados conjuntamente, devem limitar ou dificultar o funcionamento diário do indivíduo (APA, 2013 apud ZANON et al, 2014, p.25).

Desse modo os déficits de comunicação, interação social e comportamental do autista com TEA pode estar em diferentes níveis (SAVAL, DIAS, 2018). Existe uma Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, cujo nome é “Lei Berenice Piana”, institucionalizada no país em 2012, evidenciando e reconhecendo a importância da pessoa com autismo na sociedade brasileira. A lei alega que para todos os efeitos legais, o autismo deve ser considerado como uma deficiência. A lei de número nº 12.764 aborda a pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo de forma mais eloquente.

O autismo traz muita poesia em sua dimensão, seu diferente do habitual ao ser incluído ocasiona colheita de frutos posteriormente. “[...] assim como um diamante precisa ser lapidado para brilhar, uma pessoa com autismo merece e deve ser acolhida, cuidada e estimulada a se desenvolver” (SILVA *et al*, 2012, pg. 06). É um aprendizado constante quando o ser humano se permite conhecer o mundo singular do autismo. Segundo Santos e Vieira (2017, p. 229):

Alguns avanços relacionados ao sujeito com TEA só é possível quando se consegue penetrar em seu mundo sem estigmas preestabelecidos, sensibilizando o olhar para se tornar apto a captar atitudes/ações demonstradas pela pessoa com autismo. Gestos simples realizados pelo autista podem ser considerados uma “besteira” para as pessoas ditas “normais”, mas são gestos verdadeiros que demonstram sentimentos, mesmo que implícitos e muitas vezes não são compreendidos. A criança com autismo às vezes pode expressar a sua gratidão oferecendo uma pedrinha, e manifestar seu amor com um pequeno toque na sua mão. E tenha a certeza de que isso é muito para eles.

Desse modo, compreender que o sujeito com TEA necessita de um acompanhamento desde sua infância, torna seu crescimento progressivo. Além disso, a interação entre família e profissionais faz com que o autismo não seja um empecilho para o desenvolvimento cognitivo e social da criança. As iniciativas e persistências do autismo passam a ser compreendidas e a sociedade torna-se mais inclusiva e mais acolhedora.

1.3 O PAPEL DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No âmbito escolar, o docente é crucial nesse processo de aprendizagem, com a inclusão na socialização em sala de aula, os recursos didáticos apropriados, a forma de lecionar e a percepção do professor ao observar o discente em suas melhorias e o que precisa ser mais trabalhado, sendo paciente, mediador, compreensivo e sempre buscando novos conhecimentos, novas práticas pedagógicas no intuito de evolução intelectual e comportamental no aluno com Transtorno de Espectro Autista – TEA.

Outro fator é quando a criança adentra para a sala de aula sem ter um diagnóstico, o docente tem o importante papel de avaliar o aluno no decorrer dos dias letivos, conversar com os responsáveis sobre as mudanças cognitivas, orientando a necessidade de o aluno ser avaliado por profissional para um diagnóstico preciso, pois, não cabe ao professor diagnosticar o autismo, e sim buscar novos métodos de desenvolvimento no processo de aprendizagem na sala de aula:

O diagnóstico precoce é o primeiro grande instrumento da educação. O que torna o papel docente fundamental, pois é na idade escolar, quando se intensifica a interação social das crianças, que é possível perceber com maior clareza singularidades comportamentais. Será sempre pertinente o professor ou a professora observar atentamente seu aluno, quando este apresentar algumas das seguintes características comportamentais: retrai-se e isolar-se das outras pessoas; não manter o contato visual; desligar-se do ambiente externo; resistir ao contato físico; inadequação a metodologias de ensino; não demonstrar medo diante de perigos; não responder quando for chamado; birras; não aceitar mudança de rotina; usar as pessoas para pegar objetos; hiperatividade física; agitação desordenada; calma excessiva; apego e manuseio não apropriado de objetos; movimentos circulares no corpo; sensibilidade a barulhos; estereotipias; ecolalias; ter dificuldades para simbolizar ou para compreender a linguagem simbólica; e ser excessivamente literal, com dificuldades para compreender sentimentos e aspectos subjetivos de uma conversa. (CUNHA, 2016, p. 24-25).

Dessa forma, faz-se importante que o professor seja preparado para receber o discente no âmbito escolar e aplicar seus métodos pedagógicos dentro de todas as observações feitas pelo (a) docente, porque o aluno com autismo vai mostrar algumas características que já são do Transtorno de Espectro Autista – TEA, como: o isolamento, a ausência da comunicação verbal, o brincar dentro do seu mundo, a

necessidade visível de obter uma rotina diária, a falta do contato nos olhos, ausência de interação social, alteração de humor, o intenso interesse por algum objeto específico e a falta de responder quando chamado pelo seu nome. E sabe-se que essa preparação vai muito além de graduação, é crucial a realização de pesquisas, cursos, estudar profundamente, ampliando o conhecimento e proporcionando um ambiente educacional mais seguro e gerando desenvolvimento evolutivo no processo de ensino aprendizagem, realçando para a família que o aluno autista pode sim aprender em sala de aula.

Ainda convém lembrar que, nesse desenvolvimento do aluno autista na escola, não cabe somente ao docente, mas a equipe que constitui a instituição escolar, como o gestor, os outros professores, coordenadores e pedagogos, com o objetivo de proporcionar uma qualidade de ensino significativo. Considerando ainda que a parceria família – escola é de grande relevância para que o desenvolvimento da criança autista ocorra de maneira satisfatória, pois, não é possível o trabalho escolar individualizado, ou seja, o docente trabalhar positivamente com a criança autista sem nenhuma participação, sem o auxílio da família, na qual o progresso só é realizado quando existe esse elo família – escola. De acordo com Tanaka em relação à importância do elo família – escola, no processo de aprendizagem, refere-se:

A família do aluno especial é a principal responsável pelas ações do seu filho com necessidades especiais, visto que é ela quem lhe oferece a primeira formação. Na integração/inclusão escolar, o aluno com apoio dos profissionais e da família, poderá adquirir competências ainda maiores, se tiver um envolvimento como a "parceria". (TANAKA, 2010, p. 115).

Portanto, quando há disposição, interesse de buscar melhorar o desenvolvimento no processo de aprendizagem da criança autista tanto na família, quanto na instituição escolar, conseqüentemente, transformações benéficas no meio social, comportamental, será visível, pois, há um contexto de parceria no intuito de dá todo o apoio possível que a criança com Transtorno de Espectro Autista -TEA necessita.

Podemos considerar que um dos objetivos da pedagogia é a intervenção, a fim de "colocar-se no meio", de fazer a mediação entre a criança e seus objetos de conhecimentos. Compreende-se que as causas do não aprender podem ser

diversas. Em vista dessa necessidade se reconhece que não é tarefa fácil para os educadores compreenderem essa plurianualidade. Torna-se comum constatar que as escolas rotulam e condenam esse grupo de alunos à repetência, como também os classificam com adjetivos de alunos “sem solução e vítimas de uma desigualdade social”.

A postura do professor diante das dificuldades de seus alunos referente ao aprendizado, necessita-se prestar mais atenção, já que evidenciam mais do que as potencialidades. Pensa-se em dificuldades de aprendizagem pelos acertos dos alunos. Experimentam-se alguns sucessos que podem abrir portas para a construção de um vínculo positivo com as demais áreas de aprendizagem que os alunos necessitam aprimorar.

A pedagogia estuda o processo de aprendizagem e suas dificuldades, tendo, portanto, um caráter preventivo e terapêutico. Preventivamente deve atuar não só no âmbito escolar, mas alcançar a família e a comunidade, esclarecendo sobre as diferentes etapas do desenvolvimento, para que possam compreender e entender suas características evitando assim cobranças de atitudes ou pensamentos que não são próprios da idade. Já terapeuticamente deve identificar analisar, planejar e intervir.

Esta área de atuação também permite aos profissionais a análise do processo de aprendizagem do ponto de vista do sujeito que aprende e da instituição que ensina no que tange a seu decurso normal ou com dificuldades contribuir para o crescimento dos processos da aprendizagem e auxiliar no que diz respeito a qualquer dificuldade em relação ao rendimento escolar, bem como de educadores em geral. Ter conhecimento de como o aluno constrói seu conhecimento, compreender as dimensões das relações com a escola, com os professores, com o conteúdo e relacioná-los aos aspectos afetivos e cognitivos, permite uma atuação mais segura e eficiente.

Quando uma criança apresenta problemas no processo de aprendizagem quando entra para a escola, estes podem acabar por se transformar em dificuldades de aprendizagem, que afetarão o rendimento escolar da criança assim, importa abordar as dificuldades de aprendizagem no que concerne à sua definição e implicações. As dificuldades de aprendizagem podem resultar, segundo BOSSA

(1994, p, 23), da combinação de déficit de processamento fonológico, visual ou auditivas, que se tornam lentas e pouco automatizadas.

Cabe ao pedagogo perceber eventuais perturbações no processo aprendizagem, participar da dinâmica da comunidade educativa, favorecendo a integração, promovendo orientações metodológicas de acordo com as características e particularidades dos indivíduos do grupo, realizando processos de orientação. E no caráter assistencial, participar de equipes responsáveis pela elaboração de planos e projetos no contexto teórico/prático das políticas educacionais, fazendo com que os professores, diretores e coordenadores possam repensar o papel da escola frente a sua docência e às necessidades individuais de aprendizagem da criança ou, da própria ensilagem. (BOSSA, 1994, p.23)

Este déficit pode expressar-se em dificuldades na aquisição da leitura, da escrita, do ditado, da resolução de problemas, entre outros. Todas estas dificuldades, segundo Fonseca e Oliveira (2009), podem conduzir a um comportamento impulsivo, sem planificação, incoerente, fragmentado e inadequado que pode acarretar dificuldades no aproveitamento acadêmico e no relacionamento social. O professor como mediador do processo de ensino aprendizagem, precisa ser interventor na resolução de problemas e desenvolver um trabalho consciente, que promova aprendizagens.

A escola no todo deve estar celebrando a diversidade e valorizando as diferenças, ações como essas fortalecem o processo de aprendizagem. Não nos esquecendo que a pragmática psicopedagógica ocorre em contextos clínicos e institucionais, sendo um trabalho preventivo que vem a oferecer recursos aos professores para refletirem sobre a sua prática pedagógica, oportunizando propostas e incentivos que ajudem nos processos de ensino.

A Constituição Federal (1988) destaca acerca da necessidade de a escola oferecer condições para entrada e permanência do aluno com deficiência na instituição. É importante frisar as dificuldades encontradas pela escola regular no processo de adaptação destes alunos, que muitas vezes, por questões financeiras, não conseguem oferecer o suporte necessário, em outros casos há consciência das leis, no entanto o governo as deixa no papel e não dispõe os recursos materiais e financeiros necessários para efetivação. Muitos alunos, devido a sua deficiência, necessitam de mediação o tempo todo, na maioria das vezes são aqueles com

déficits motores e intelectuais, que não conseguem se comunicar com coerência e escrever com autonomia (PELOSI e NUNES, 2009). A sala de aula já possui um docente responsável por ministrar o conteúdo, no entanto é necessário a mais para atender as necessidades individuais de todos.

É importante frisar que esse professor dará suporte ao aluno, irá ministrar as atividades e auxiliar nos processos de compreensão, além disso, temos a psicopedagoga da instituição, sendo importante destacar que as escolas públicas não dispõem dessa base potente para o desenvolvimento discente. É perceptível a importância do professor, este será mediador dos processos de desenvolvimento. Além disso, ele deve ampliar currículos, aprender com a necessidade do aluno, expandir conhecimento e apresentar uma prática que abrace as especificidades destes alunos e os desenvolva. O ato de incluir traz o aprender juntos, consolidando que é importante considerar as especificidades de cada um, considerando práticas que ampliem as oportunidades de aprendizagem e fortaleça a participação de todos.

Conforme o tempo avança, as práticas devem acompanhar, no passado crianças com deficiência era, vistas como castigos dos deuses, mediante a compreensão desses mitos e a evolução, estas puderam ser reconhecidas socialmente e terem seus direitos consolidados. A contemporaneidade exige do docente a cominação de dois aspectos:

O profissional e o intelectual, e para isso se impõe o desenvolvimento da capacidade de reelaborar conhecimentos. Desta maneira, durante a formação inicial, outras competências precisam ser trabalhadas como elaboração, a definição, a reinterpretação de currículos e programas que propiciem a profissionalização, valorização e identificação docente (PIMENTA, 2002, p. 131-132).

Cada professor estabelece as atividades a serem aplicadas, possui apoio do coordenador pedagógico e do relatório que acompanha o aluno (PANNUTI; VALENTE; SOUZA 2015). Por meio do professor os alunos aprendem a conviver com as diversidades e diferenças na sala de aula, fazendo com que haja um ensino voltado à compreensão e ao respeito mútuo, onde não haja discriminações, pois não existem pessoas melhores e nem piores devido às suas particularidades, o que existe são diferenças que precisam ser superadas (ZIMMERMANN, 2008). O docente deve traçar metas que inclua estes alunos e passe aos demais a

importância desse processo e a compreensão de que as diferenças não os tornam incapazes de realizar as demais atividades, tudo é uma questão de adaptação.

O docente tem um papel fundamental no processo de inclusão, ele irá mediar essas ações por isso é fundamental que a escola invista em sua formação e lhe de suporte necessário para lidar com as necessidades especiais de cada aluno. É relevante pautar que a formação deve capacitar o professor a agir como se espera que ele aja. O professor precisa ser estimulado a se abrir ao novo, pesquisar, explorar, aprender e ensinar (NETO, 2009).

O professor estimula o aluno e é capaz de passar segurança para que consiga se desenvolver, o processo de aprendizagem é alimentado a todo tempo, de forma individual e adequada a cada grau de deficiência. Um papel importante que o professor também tem é sobre a relação do aluno com sua família, ele deve orientar a ação dos pais de acordo com a evolução da criança, apresentando métodos de abordagem e procedimentos que façam com que a casa seja uma extensão da aprendizagem ocorrida na escola.

É um profissional que está em constante evolução e atualização para que o apoio ofertado seja de qualidade, moderno e atue de fato como um diferencial na vida do aluno, sua presença reforça a importância do aluno com deficiência dentro das escolas e o quanto podemos aprender com eles, a inclusão é um ato de amor, ela ocorre quando tomamos consciência de que é com as diferenças que se aprende e não com a igualdade e ser parte desse processo é educar para a construção de um mundo mais sociável (PLETSCH; GLAT, 2007).

1.4 CONTRIBUIÇÕES DE AÇÕES AFETIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DIANTE ALUNOS AUTISTAS

O lado emocional do ser humano difere ele dos demais animais. De acordo com Ferreira (1975, p. 44), o conceito de afetividade no dicionário Aurélio é:

Qualidade ou caráter de afetivo e conjunto de fenômenos psíquicos, que se manifestam sob a forma de emoções, sentimentos e paixões, acompanhados sempre da impressão de dor ou prazer, de satisfação ou insatisfação, de agrado ou desagrado, de alegria ou tristeza.

Assim, a afetividade consiste em um estado psicológico que interliga diversos sentimentos do ser humano. É visível na relação entre os indivíduos quando envolvem amor, medo, emoções, desejos, saudade etc. Para Piaget (1976, P. 16), durante a infância, a afetividade é essencial no desenvolvimento do raciocínio e da inteligência:

[...] vida afetiva e vida cognitiva são inseparáveis, embora distintas. E são inseparáveis porque todo intercâmbio com o meio pressupõe ao mesmo tempo estruturação valorização. Assim é que se poderia raciocinar, inclusive em matemática, sem vivenciar certos sentimentos, e que, por outro lado, não existem afeições sem um mínimo de compreensão.

O afeto manifesta-se na vida das crianças de acordo com suas vivências cotidianas (CODD; & GAZZOTTI, 1999, p. 48-59). Desde o nascimento, as crianças precisam de alguém que confira a elas cuidados especiais, que fique próximo afetivamente, visto que o afeto é fundamental para a construção da pessoa e seu desenvolvimento social, principalmente nos seus primeiros anos de vida. Nesse sentido, Wallon (2010) defende que uma criança saudável é aquela que tem um bom relacionamento com as pessoas ao seu redor e que tem a necessidade de receberem manifestações afetivas. Dessa forma,

Uma teoria pedagógica que se depreenda das ideias sobre a construção do indivíduo a partir de Wallon diz que o desenvolvimento intelectual envolve muito mais do que uma aparato cerebral. Pressupões perceber a dimensão afetiva do indivíduo e trabalha-la para permitir uma construção cognitiva mais dinâmica e efetiva. Sendo assim, uma teoria pedagógica inspirada em Wallon pressupõe um movimento dialético entre afetividade, emotividade e subjetividade com processos cognitivos, interação social e racionalidade mutuamente imbricado e relacionados em via de Inter determinação (BEZERRA, 2006, p. 23).

Ademais, a afetividade é um sentimento que se baseia na confiança, no carinho, no respeito e na admiração mútua. Um ambiente com essas características torna-se mais leve e prazeroso. Por outro lado, a ausência desse sentimento resulta em problemáticas que faz com que a criança não se sinta bem, se torne negativa e não queira evoluir. Assim, a criança precisa estar inserida em um contexto afetivo e respeitoso para conseguir desenvolver-se. Há de se considerar, nesse contexto, que o conceito de afetividade está intimamente ligado à ação de respeitar a criança.

Respeitar a criança é não limitar suas oportunidades de descoberta, é conhecê-la verdadeiramente para proporcionar-lhe experiências de vida ricas e desafiadoras, é procurar não fazer por ela, auxiliando-a a encontrar meios de fazer o que quer, é deixá-la ser criança. Respeitá-la é oferecer-lhe um ambiente livre de tensões, de pressões, de limites às suas manifestações, deixando-a expressar-se da maneira que lhe convém e buscando entender o significado de todas as suas ações. (HOFFMANN, 2011, p.13).

De acordo com o psicólogo Wallon (2010), a evolução da criança está relacionada com a ação da motricidade, que regula o desenvolvimento de suas atividades mentais e físicas.

Figura 1 – Evolução Da Criança Segundo Wallon



Fonte: Krenkel, Cartier e Pessoa (2012).

Ainda segundo Wallon (2010), é através da emoção que se dá as primeiras e mais intensas conexões entre os indivíduos. Para o profissional citado, é graças à capacidade de se expressar que o bebê consegue o atendimento de suas necessidades e assim, consegue sobreviver quando ainda não tem domínio da fala. Assim sendo, a afetividade é fundamental durante a infância.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, diz que: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos,

intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, art. 29). Nesse contexto, essa etapa da educação constitui-se como a base educacional do indivíduo e, por essa razão, precisa acontecer com o mínimo de lacunas possíveis, para que o indivíduo prossiga para as demais séries escolares sem déficits e com as habilidade e competências desenvolvimento na educação infantil. A afetividade tem um papel importante no processo de aprendizagem do ser humano, uma vez que está presente em todas as esferas da sua vida e influencia o desenvolvimento cognitivo, especialmente durante a educação infantil, quando as crianças são retiradas do tempo integral junto ao seio familiar e inseridas em um contexto com pessoas estranhas, tendo que aprender coisas novas e superar novos desafios. De início, essa experiência pode ser traumática para a criança. Assim, é necessário que a escola acolha a criança com afetividade, crie laços de amizade e carinho entre elas e os professores. Para Wallon (1942), a afetividade:

[...] contribui ao iluminar com outro foco como se dão as passagens de um momento a outro do processo de desenvolvimento: a criança passará por diferentes fases, cuja superação se dará por meio da vivência de uma ruptura, ou, nas palavras do autor, de uma crise. Nesse sentido, esse momento de ruptura é de fundamental importância e deve ser valorizado, uma vez que, tendo acumulado experiências e desenvolvido outros recursos, em determinado momento o sujeito necessita haver-se com essas coisas para garantir seu processo de individuação e autonomização (WALLON 1942, p. 40).

Dessa forma, a criança precisa sentir-se amada e querida para sentir-se à vontade e conseguir aprender. Logo, ao pensar em processos educativos, é imperioso pensar em afetividade, visto que ambos devem andar juntos. Diante disso, Freire (1996, p. 96) ressalta que o professor da educação infantil deve envolver-se afetivamente com seus alunos, de modo que:

O bom professor é o que consegue, enquanto fala trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas.

Durante as etapas de desenvolvimento da criança e passagem pra fase adulta, ela passa por três etapas, segundo La Taille (1992) que englobam o lúdico e o afetivo.

- 1) *A primeira é a etapa da Anomia – até 6 anos –* onde o indivíduo não segue regras coletivas e se interessam por objetos que satisfaçam seus interesses motores;
- 2) *A segunda etapa é Heteronomia – até 10 anos –* é mais comum o interesse em participar de atividades coletivas e regradas, tendem a participar de atividades uma ao lado da outra, do que contra a outra;
- 3) *A terceira etapa é a Autonomia –* compreendem claramente regras e acordos mútuos, conseguem perceber o ‘si próprio’ na cooperação ou em grupo, já desenvolvem rivalidades.

O desenvolvimento psicológico também reflete na demonstração de afeto, além do meio em que a criança está inserida. Isso porque, a afetividade também corresponde a um elemento cultural que possui características próprias em cada cultura. Para Vygotsky (1998, p. 42): "Elemento importante em todas as etapas da vida da pessoa, a afetividade tem relevância fundamental no processo ensino aprendizagem no que diz respeito à motivação, avaliação e relação-professor e aluno". Outrossim, Almeida (1999, p. 51) destaca que "que a afetividade e a inteligência constituem um par inseparável na evolução psíquica, pois ambas têm funções bem definidas e, quando integradas, permitem à criança atingir níveis de evolução cada vez mais elevados".

A partir desse cenário, Lisboa discorre sobre a importância da educação infantil, das creches e das escolas para o desenvolvimento cognitivo e emocional do infantil.

[...] as creches e escolas são de grande importância para desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças[...]. Nesses locais, elas têm de aprender a brincar com as outras crianças, respeitar limites, controlar a agressividade, relacionar-se com o adulto e aprender sobre si mesma e seus amigos, tarefa estas de natureza emocional[...] fundamental para as crianças menores de seis anos é que elas se sintam importantes, livres e queridas. (LISBOA, apud AMORIM e NAVARRO,2012)

Assim, as creches e escolas precisam ser ambientes alegres, acolhedores e confortáveis, onde as crianças sintam-se bem para interagir, aprender e trocar experiências. A escola é de suma importância para que a criança aprenda a viver em sociedade e aprender a respeitar o próximo. Dessa forma, é preciso ensinar de forma carinhosa, de modo colocar na prática as competências afetivas. Outrossim,

uma das principais formas de empregar a afetividade durante a educação infantil é por meio da ludicidade, ou seja, dos jogos e brincadeiras.

Para Piaget (1971) os jogos e brincadeiras facilitam e tornam mais prazeroso o processo educativo. Segundo o autor, o ato de brincar é intrínseco à infância e não consiste apenas em uma forma de entretenimento, mas trabalha em favor do desenvolvimento da criança. Assim sendo, Piaget (1971) reforça que a criança é um ser que brinca e assimila o mundo à sua maneira. Por assim serem, os jogos devem ser utilizados como recurso didático-afetivo pela escola, a fim de auxiliar a assimilação do mundo e a construção de conhecimento do infante.

A criança precisa interagir com o meio, e para que a aprendizagem aconteça é preciso que ela passe por dois processos que seria o de assimilação e o de adaptação. Assimilação é o processo interno que absorve as informações e as conecta com experiências vivenciadas, havendo comparações que provoca uma desestabilização no pensamento, por acontecer à entrada de novos conhecimentos. E adaptação, seria a acomodação dessas informações processadas, portanto, seria o processo da efetivação da aprendizagem que causa o equilíbrio das informações assimiladas. (PIAGET: 1971, p. 48 e 49)

Nesse escopo, há que se considerar que na escola, a intervenção pedagógica dá-se pela afetividade, demonstração, assistência e fornecimento de pistas, que instiguem o aprendizado das crianças. Essa função assistencialista que a escola oferece através de seus docentes é de vital relevância, visto que uma criança sozinha não tem condições de aprender sozinha, já que necessita da interação de terceiros em seu processo de desenvolvimento. Para Oliveira (2007), tamanha a importância da intervenção de outras pessoas no processo de aprendizado das crianças, comparada a qualquer outra atividade social.

Percebe-se, diante da importância da afetividade durante o ensino infantil, que maneiras de se trabalhar com afeto em sala de aula precisam ser elaboradas, a fim de potencializar o processo de ensino e aprendizagem, bem como acontece ao empregar metodologias lúdicas no processo de ensino e aprendizagem. Ante o exposto, consegue-se entender que as relações afetivas beneficiam na promoção de conhecimento dentro da escola, a partir da importância do professor como mediador entre o conhecimento e a criança.

Como visto, cada criança é um ser único, dotado de características intrínsecas e que desenvolve em sociedade graças as relações afetivas que estabelece com o meio. Todavia, nos anos iniciais, a primeira infância é marcada por

algumas características comuns à todas as crianças dessa fase que são, de acordo com os apontamentos de Rosa Neto e Poeta (2010):

- dependência do outro para sobreviver, principalmente dos pais;
- crescimento acelerado;
- primeira forma de comunicação (choro);
- reconhecimento do seu corpo;
- necessidade de afetividade constante;
- prazer em agarrar e jogar objetos;
- aprende a usar seu corpo para novas descobertas (sentar, gatinhar, caminhar);
- interesse por músicas e histórias;
- grande curiosidade, começa a fase da imitação;
- começa a se comunicar com palavras e pequenas frases;
- classifica e separa objetos de diferentes tamanhos.

Entre o período de 0 a 7 anos de idade a criança encontra-se no início de seu desenvolvimento social, da construção de sua identidade e sensação de pertencimento a um grupo. Nesse período, podem existir influências positivas e negativas no desenvolvimento e na aprendizagem do indivíduo. A afetividade, por sua vez, é um sentimento decorrente da expressão de emoções, além de ser importante para potencializar a interação da criança com o meio. Assim sendo, as ações efetivas auxiliam da inclusão e no desenvolvimento da criança, especialmente durante os anos iniciais. Isso porque,

A criança é um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas. Tem desejo de estar próxima às pessoas e é capaz de interagir e aprender com elas de forma que possa compreender e influenciar seu ambiente. Ampliando suas relações sociais, interações e formas de comunicação, as crianças sentem-se cada vez mais seguras para se expressar, podendo aprender, nas trocas sociais, com diferentes crianças e adultos cujas percepções e compreensões da realidade também são diversas. Para se desenvolver, portanto, as crianças precisam aprender com os outros, por meio dos vínculos que estabelece (BRASIL, 1998 b, p. 21).

A partir desse contexto, Freire (1996) pontua que as etapas de ensino e aprendizagem demandam uma interação afetiva entre o professor e o aluno. Esta

interação, por sua vez, correlaciona-se tanto com o ambiente sociocultural, quanto com o ambiente escolar, social e familiar. Portanto, entendemos, segundo Freire (1996, p. 27), que:

aprender é um processo que pode deflagrar no aprendiz uma curiosidade crescente, que pode torná-lo mais e mais criador. Quanto mais criticamente se exerça a capacidade de aprender, mais se constrói e desenvolve a curiosidade do educando e essa curiosidade é despertada quando o aluno gosta da escola e sem sente bem em sala de aula.

Ainda acerca dos benefícios das ações afetivas, Wallon (2007, p.73) revela que:

a afetividade constitui um papel fundamental na formação da inteligência, de forma a determinar os interesses e necessidades individuais do indivíduo. Atribui-se às emoções um papel primordial na formação da vida psíquica, um elo entre o social e o orgânico.

Partindo da perspectiva teórica de Vygotsky, que defende a afetividade também na relação entre o docente e o discente, tratando-a de forma indissociável do processo de construção do conhecimento, ele revela que:

A emoção não é uma ferramenta menos importante que o pensamento. A preocupação do professor não deve se limitar ao fato de que seus alunos pensem profundamente e assimilem a geografia, mas também que a sintam. [...] as reações emocionais devem constituir o fundamento do processo educativo (VYGOTSKI 2003, p.121).

Ainda segundo a visão de Vygotsky (2003, p.121), cabe ressaltar que o autor menciona também que a qualidade da relação afetiva confere um grau de motivação para o objeto de conhecimento (no caso do aluno), que, conforme suas experiências vividas desenvolverá a autonomia e fortalecerá a confiança nas suas habilidades.

As reações emocionais exercem uma influência essencial e absoluta em todas as formas de nosso comportamento e em todos os momentos do processo educativo. Se quisermos que os alunos recordem melhor ou exercitem mais seu pensamento, devemos fazer com que essas atividades sejam emocionalmente estimuladas.

Nesse sentido, o docente deve conhecer as condições afetivas de seus alunos, seus desejos e suas demandas, a fim de conseguir canalizá-los de modo a agregar na construção de conhecimento (PRANDINI, 2004). Logo, o professor, nesse contexto, “deve basear sua ação fundamentado no pressuposto de que o que o aluno conquista no plano afetivo é um lastro para o desenvolvimento cognitivo, e vice-versa” (ALMEIDA, 2004, p.126). O docente precisa, ademais, saber lidar com seus próprios afetos e saber se expressar em frente aos alunos “[...] informar aos

alunos sobre os sentimentos, conflitos, ansiedades e expectativas que vivenciamos em relação às situações de ensino -aprendizagem é uma boa forma de começar [...]” (PRANDINI, 2004, p.46).

[...] O exercício de reflexão e avaliação que o professor faça das situações de dificuldade, buscando compreender seus motivos e identificar suas próprias reações (se ficou irritado, assustado ou indiferente) já é, por si só, um fator que tende a provocar a redução da atmosfera emocional. Afinal, a atividade intelectual voltada para a compreensão das causas de uma emoção reduz seus efeitos. Atuando no plano das condutas voluntárias e racionais, o professor tem mais condições de enxergar as situações com mais objetividade, e então agir de forma mais adequada (p.113-114).

Outrossim, a afetividade influencia na forma com que o aluno aprende e assimila o conteúdo. Assim, o desempenho dos alunos exige que a afetividade seja enfatizada na sala de aula como um dos principais recursos para melhor a aprendizagem. De acordo com Morales (1998, p.51):

Na sala de aula seria em princípio falar de todo o processo ensino aprendizagem. É verdade que toda relação bem sucedida traz resultados, benéficos e em se tratando da relação professor aluno, esses resultados serão positivos para a contribuição do cidadão.

Nesse contexto, vale ressaltar que a ludicidade, uma das formas de se trabalhar a afetividade nos anos iniciais, é uma ferramenta, segundo Rau (2007), que está diretamente relacionada com a aprendizagem e ao desenvolvimento da criança. Assim sendo, os jogos e brincadeiras são ótimas atividades para estimular as relações afetivas, a linguagem e as funções cognitivas do aluno. Além disso, Kishimoto (2006, p. 56) revela que a brincadeira “é uma forma de a criança entrar em contato com o mundo”, uma vez que, por meio dela, a criança interage com o mundo a sua volta e põe em prática suas habilidades.

As crianças dos anos iniciais necessitam de uma aproximação maior, diante dessa perspectiva, o professor se torna fundamental para a aprendizagem, sendo a afetividade um dos elementos que influenciam esse processo. A afetividade nesse processo, de acordo com Antunes (2006, p.5) é:

Um conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sob a forma de emoções que provocam sentimentos. A afetividade se encontra “escrita” na história genética da pessoa humana e deve-se a evolução biológica da espécie. Como o ser humano nasce extremamente imaturo, sua

sobrevivência requer a necessidade do outro, e essa necessidade se traduz em amor.

Antunes (2006) ressalta que a aprendizagem é uma mudança comportamental que resulta da experiência, é, portanto, uma forma de adaptação ao ambiente. Assim, destaca a necessidade do amor, como reforça Maldonado (1994) que o medo e a desconfiança são fatores que dificultam o relacionamento interpessoal, assinalando que o amor pode estar escondido sob camadas de mágoa, medo, tristeza, ressentimento, decepção, vergonha e raiva. Em que:

Atitudes ríspidas, grosseiras e agressivas expressam, com freqüência, a necessidade de formar uma carapuça protetora contra o medo de ser rejeitado, contra sentimentos de inadequação (“já que sou mesmo incompetente para tantas coisas, por aí eu me destaco”) e contra a dor do desamor (“ninguém gosta de mim mesmo, quero mais é explodir o mundo”) (MALDONADO, 1994, p.39)

Assim, a afetividade é importante porque contribui para o processo de ensino e aprendizagem, criação de um clima de compreensão, confiança, respeito mútuo e motivação. Os resultados positivos de uma relação educativa movida pela afetividade opõem-se àqueles apresentados em situações em que existe carência desse componente. O professor que possui a competência afetiva é humano, percebe seu aluno em suas múltiplas dimensões, complexidade e totalidade (RIBEIRO e JUTRAS, 2006). Desenvolve estratégias pedagógicas, educativas, dinâmicas e criativas, demonstra prazer em ensinar, estimulando os alunos e envolvendo-os nas decisões e nos trabalhos do grupo.

A afetividade é importante para que “[...] se estabeleça uma melhor relação educativa entre professores e alunos, favorável, conseqüentemente, a aprendizagem dos conteúdos escolares” (RIBEIRO e JUTRAS, 2006, p. 14). Pelas discussões que se sustentam acerca deste tema, a afetividade é realmente um aspecto importante no processo de aprendizagem, porque fundamenta a relação entre o professor e o aluno.

CAPÍTULO II – MATERIAIS E MÉTODOS

2.1. TIPO DE ESTUDO

O trabalho trata-se de uma revisão de literatura com natureza bibliográfica, fará uso de uma pesquisa qualitativa que tem objetivo de desmistificar um fato real, identificar o problema e cunhar alternativas que ajudem na melhora da situação abordada. A busca pelo material teórico foi desenvolvida por meio de informações em bibliotecas virtuais, tais como, Google Acadêmico e Scielo. Foram incluídos artigos científicos que abordassem o tema proposto, publicados no século XXI, excerto documentos oficiais, nos idiomas português e inglês. Produções não disponíveis gratuitamente na íntegra e de forma virtual foram excluídas. Ademais, o caráter científico do presente exposto terá como base argumentos de autoridade, uma vez que, para melhor abordar essa temática.

A análise das informações foi realizada por meio de leitura exploratória e analítica do material encontrado. Para aplicação dos artigos, inicialmente, foi realizada uma triagem dos títulos relacionados ao tema em questão. Ao final da busca, foram excluídos os títulos repetidos e artigos que não eram relacionados ao assunto e os que não se aplicam ao tema escolhido. Em seguida foi feita a leitura detalhada dos resumos dos artigos a fim de selecionar aqueles que abordassem exclusivamente o presente tema.

O tipo de estudo consagra-se uma revisão narrativa, onde o sujeito tem como base trabalhos e fontes atuais e importantes sobre a temática. Apresenta seus resultados com base nos estudos realizados, sem muito critério ou método rígido a ser seguido. Tem o objetivo trazer uma revisão atualizada do conhecimento estudado, visto que é adequada para a fundamentação teórica de artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de curso (CORREIA, MESQUITA, 2014). Mattos (2015) ressalta que as revisões narrativas buscam descrever ou discutir o estado atual do tema pesquisado. O estudo não apresenta detalhes as fontes consultadas ou metodologia utilizada para buscar as fontes de referência. Os pesquisadores selecionam os trabalhos consultados de acordo com o ponto de vista teórico e o contexto do tema abordado.

2.2 COLETAS DE DADOS

A coleta de dados ocorreu através de livros, artigos de jornais e revistas sobre o tema, “[...] a pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral” (VERGARA, 2005, p. 48). Ainda segundo o mesmo “[...] os sujeitos de uma pesquisa são aqueles que fornecerão os dados que o autor necessita para fazer a pesquisa” (IDEM, 2005, p.53). Sendo assim, ocorreu por meio de base de dados da biblioteca virtual SCIELO (*Scientific Electronic Library Online*) e demais informações eletrônicas de respaldo no território nacional.

2.3 ANALISE DOS DADOS

A análise de dados foi realizada em três etapas: a pré análise, a exploração do material e o tratamento dos dados, inferência e interpretação. Assim, ocorreu de modo qualitativo, onde se desenvolveu com base em materiais prontos, constituídos principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2008).

2.4 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Seus aspectos éticos consistem em científicos, respeitando pesquisadores e materiais de estudo, referenciando e apresentando autorias. Pontua-se que os aspectos éticos caracterizam o fato de que não haverá discriminação na seleção dos indivíduos nem a exposição a riscos desnecessários aos mesmos.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O desenvolvimento de aprendizagem de discente com TEA trata-se de uma busca por atitudes, formas e maneiras de como essas crianças podem se comportar e conviver em sociedade. Inúmeras são as ações que podem ser desenvolvidas pela criança autista. É necessário acreditar que ela tem potencial para se desenvolver e aprender novas habilidades e conviver com outras pessoas (GOMIDE, 2009).

O progresso da aprendizagem com crianças autista é rodeado por inúmeros obstáculos e desafios, tanto para os professores, pais, quanto para os demais profissionais envolvidos neste progresso, pois cada criança tem seu comportamento e realidade. E é na escola onde acontece o acesso ao conhecimento, onde exista a troca do aprendizado, e acontece à interação social, o que ajuda no desenvolvimento da independência do discente (GOMIDE, 2009).

A inclusão escolar constitui-se em possibilitar uma maneira de organização do sistema de educação que é estruturado em razão das necessidades das dificuldades e diferenças individuais. Ela precisa ter como finalidade o desenvolvimento da aprendizagem de forma igual de todos os alunos. A família é a fundamental mediadora dos padrões, modelos e influências culturais (AMAZONAS et al., 2003; KREPPNER, 2000). Dessa forma, se torna responsável pela transmissão de valores, crenças, ideias e significados que estão presentes no dia a dia nas sociedades (KREPPNER, 2000).

Quando ocorre de uma criança autista entrar na escola, aparece o sentimento de insegurança e medo, por parte dos professores de não conseguir lidar com a criança. Isto é desafiador por se tratarem de questões que superam o aspecto pedagógico, levando em consideração as dificuldades, sociais e cognitivas (ADURENS e VIEIRA, 2018). Fehr (2020, p. 26-27) destaca que:

É importante contextualizar a PEA [Perturbação do Espectro Autista] no ambiente escolar, bem como explicar o processo de observação do comportamento e identificação de padrões de aprendizagem, para assim ser possível facilitar a comunicação entre o sistema educativo e familiar e, em simultâneo, ser um espaço de apoio a todos os profissionais. Essa visão colaborativa entre a escola e o sistema familiar permitirá um ambiente estruturado de ensino colaborativo, onde a troca de aprendizagens entre os colaboradores é constantemente necessária para o melhor desenvolvimento de todos os alunos.

De acordo com Fehr (2020), planejar atividades é uma das essenciais ações a serem feitas para adaptação do ambiente escolar, o que proporciona uma redução de comportamentos destrutivos em discentes com TEA, uma vez que esses alunos demonstram dificuldades com inserção de novas atividades “[...] em razão da rigidez cognitiva e dificuldade em ligar as sequências das atividades ou ao nível da função executiva e coerência central” (FEHR, 2020, p. 29) e possibilita também um desenvolvimento em sua aprendizagem.

É necessário que a família e a escola tenham um bom diálogo e dividam compartilhem entre as responsabilidades de cada uma em relação à criança autista. Dessa forma, acredita-se que “a escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão” (REGO, 2003 apud DESSEN; POLONIA, 2007, p. 22). É muito importante que a família tenha consciência de que as crianças autistas não podem viver segregadas da sociedade em uma “bolha individual”. A criança precisa participar das atividades oferecidas pela sociedade com o objetivo de se encaixar cada vez mais no meio em que ela vive.

A evolução e desenvolvimento da aprendizagem do discentes autista é uma luta contínua, pois as crianças podem apresentar obstáculos em processar informações, em realizar as tarefas, escrita, leitura, coordenação visual e motora, além de problemas na comunicação, na linguagem. Isso pode afetar a autoestima e intimidar por ver outras crianças conseguindo realizar as atividades e estes não (LAGO, 2007).

Nesta perspectiva, não é criando rótulos que irão possibilitar a inclusão e aprendizagem dos indivíduos autista, mas com ações voltados para entender as implicações da estruturação do Sistema Nervoso Central que se apresenta distinta percepção e expressão das funções cognitivas (responsável pela atenção, concentração, percepção, flexibilidade cognitiva, controle inibitório entre outros). Diante disso, deve-se compreender não somente os sentimentos do discente, mas de que maneira ele entende o mundo que o cerca e como as outras pessoas o percebem, bem como estas relações implicam na vida desse aluno.

Os pedagogos, no que lhe diz respeito, precisam ter conhecimento de que a família da criança é uma peça essencial para o sucesso do desenvolvimento do aluno autista. Dessen e Polonia (2007, p. 01) destacam que “Escola e família constituem dois contextos de desenvolvimento fundamentais para a trajetória de vida das pessoas” e que “A integração entre esses dois contextos é destacada com desafio para a prática profissional e pesquisa empírica.” Isso afirma que os dois necessitam caminhar seguindo com uma só finalidade, para que juntos consigam um bom desenvolvimento do discente.

Diante dos inúmeros desafios, a escola e os docentes precisam estabelecer estratégias para auxiliar a aprendizagem de forma mais prazerosa, envolvendo a

inclusão dessa criança junto às outras crianças, já que é de suma importância que a mesma esteja recebendo os mesmos estímulos das demais (LAGO, 2007). É dever da instituição de ensino certificar e garantir o direito do acesso e a permanência da criança autista no ambiente escolar. A escola necessita disponibilizar um ensino de qualidade, inúmeros metodologias de ensino além de melhorias na estrutura física, adaptando a instituição conforme as necessidades de cada aluno para que dessa forma ajude-o no desenvolvimento da sua aprendizagem.

No desenvolvimento de inclusão de uma criança autista, ela precisa ser enxergada como uma criança normal e igual às outras crianças, com os mesmos direitos, como mencionado anteriormente e as mesmas oportunidades, o direito de educação e ensino básico, isso ajuda a socialização com outras crianças, contribuindo para o autocontrole e crescimento natural da mesma (UCHÔA 2015). A base familiar trata-se da base tudo, para a criança, em especial no decorrer das brincadeiras. A família é o pilar para vencer as dificuldades e obstáculos no decorrer do processo de crescimento e aprendizagem e as terapias ocupacionais também ajudam no suporte para tal (UCHÔA 2015).

Os recursos lúdicos são aliados do educador em sala de aula, contribuindo nos estímulos visuais, como por exemplo, os cartões de comunicação com palavras e sílabas, imagens, desenhos, tratam-se de atividades para desenvolver habilidades de interpretação de textos adaptada com símbolos e se possíveis coloridos para melhor ajudar a alfabetização com criança a criança autista (ARAUJO, 2020).

Neste cenário, necessita existir um esforço coletivo e bem planejado, para que em acordo com a família, profissionais qualificados, docentes que tenham caráter pesquisador e que aceitem o desafio de ter um aluno autista, proporcionem um processo de inclusão que desenvolva a aprendizagem deles. Para tal, é fundamental compreender os processos mentais dos indivíduos, para que seja usado um melhor tratamento educacional com o objetivo de aumentar ao máximo suas potencialidades e capacidades (CUNHA, 2019). Vale ressaltar mais uma vez que o trabalho docente só irá gerar efeitos se acontecer a participação familiar. Ela é fundamental e a escola necessita dessa ligação para efetivação da inclusão do aluno autista, assim:

É muito importante que haja uma parceria entre familiares e escola, pois os pais são portadores de informações preciosas que podem colaborar bastante com o planejamento das intervenções educacionais das crianças

portadoras de autismo, especialmente pela peculiaridade da forma de comunicação dos portadores dessa síndrome (SERRA, 2004, p. 25).

É um processo desafiador para o docente quando a família não compreende esse processo, por isso inúmeras das vezes a inclusão do aluno autista não é acontece com sucesso, por não ter informações suficientes que poderão ajuda-lo em num trabalho unificado. Soma isso ao fato de inúmeras famílias não aceitarem a condição do filho o que gera impacto na promoção de intervenções mais adequadas e precoces. No entanto, quando acontece essa união é de suma importância que as práticas usadas em casa estejam em consonância às da escola, para que esse aluno vivencie e presencie situações contextualizadas e coerentes:

A conscientização da família, no sentido de que ela faz parte de um contexto social, que exerce influências sobre o indivíduo, preparando-o para o mundo escolar é essencial. Também a conscientização dos educadores não só em saber trabalhar com o aluno, mas também em promover o desenvolvimento familiar, de forma que a família se torne um agente ativo no processo de integração/inclusão, deve ser buscada. (LOPES; MARQUEZAN, 2000, p. 01).

A participação da família do aluno com autismo é decisiva no processo de integração/inclusão e aprendizagem e é fundamental para que ele possa construir-se pessoalmente e participante da sociedade. Dessa forma, torna-se explicito que a inclusão escolar não consiste apenas em inserir uma criança com deficiência no ambiente escolar. A inclusão é feita através de metodologias que proporcionem que o discente venha a alcançar os conhecimentos que o ajudem na sua independência, respeitando as suas limitações. A dedicação dos pais e professores e a força de vontade de ambos auxiliam para que essa criança autista consiga enfrentar e até superar os desafios e obstáculos diários que lhe são impostos.

No cenário educacional, a afetividade também possui objetivos na relação docente-discente e do discente com seus pares (FARIA; MUÑOZ, 2011). Tais relações auxiliam na relação dialética do desenvolvimento de aprendizagem na sua expressão sistemática no cenário escolar e suas implicações para o desenvolvimento psicológico do discente autista. No que se refere a esse aspecto, em especial, na relação professor e aluno autista, pesquisas apontam os laços afetivos dos alunos com esses alunos no que se diz respeito ao relacionamento interpessoal com seus professores, e demonstram ainda, que são mais propensas a

mostrar uma série de resultados positivos (EISENHOWER; BLACHER; BUSH, 2014):

O outro, cuja função permite a construção da consciência de si e do mundo, estende a sua influência por todas as etapas do desenvolvimento da criança, como outro significativo, tanto no contexto das relações socioafetivas, no interior da família, quanto no contexto da escola e de outros grupos sociais. (ALMEIDA, 2012, p. 113).

Vale destacar que, uma das funções essenciais da escola é, mediar os conhecimentos que os alunos já assimilaram, até mesmo os adquiridos no cenário social ao qual está inserido e maneiras de expressão da afetividade, para que se possa de fato, fazê-los chegarem à novas concepções, dessa maneira, a aprendizagem será de fato, significativa.

Ainda no que se refere a aprendizagem, a organização didático-pedagógica da sala pode ajudar para o desenvolvimento das expressões da afetividade, no caso do aluno com TEA, as relações afetivas docente-discente podendo gerar novas experiências escolares, com destaque para o planejamento de estratégias para o desenvolvimento da linguagem desses alunos (FARIA; MUÑOZ, 2011). Deve-se destacar também:

O desenvolvimento afetivo se constitui através de profundas raízes na vida diária de cada criança. Sua complexidade vem por meio das experiências sociais e biológicas que cada uma desenvolve durante sua trajetória vital. Para isso, a educação não pode estar voltada somente para o desenvolvimento cognitivo da criança, mas sim que seja capaz de contemplar melhor suas necessidades emocionais (FARIA; MUÑOZ, 2011, p. 13).

Compreende-se então que, se a afetividade está ligada ao crescimento pessoal, ela é inseparável dos outros aspectos que o discente desenvolve durante a sua vida. No caso da criança autista no cenário escolar, é necessário refletir sobre a sua relação com o professor, o mediador do processo de ensino-aprendizagem. A relação entre família-escola é essencial para a construção da identidade, autonomia e cidadania do aluno. Por isso, essas duas instituições precisam estar conscientes de seu papel, devendo participar de maneira ativa do processo de desenvolvimento dos alunos. É indispensável que família e escola determinem uma parceria para o progresso do desenvolvimento da aprendizagem com os alunos autistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo trabalho pode e deve ser expandido, não chegamos ao fim, somente ao resumo de tudo que aqui foi dito. Percebemos que a escola tem uma parcela na formação de cidadãos críticos, conscientes e atuantes na sociedade. No processo de inclusão, muitos pedagogos admitem não estarem preparados para receber o portador de necessidades educacionais especiais.

A formação profissional, a qualificação é necessária para todos que querem desenvolver um trabalho que faça a diferença. Assim, acreditamos que o pedagogo pode contribuir de maneira efetiva, buscando entender melhor o seu aluno e assim promover a aprendizagem, quanto no atendimento ao aluno, uma vez que é um educador na aprendizagem e pode reconhecer, e procurar soluções com as dificuldades.

É possível compreender que o papel do pedagogo abrange as adaptações do material pedagógico proposto pela escola, tanto quanto na mediação social entre a criança com deficiência e o ambiente em que ela se encontra, quanto nos processos de inclusão. É possível concluir com a leitura que o trabalho do professor promover efeitos positivos diante a minimização das dificuldades no contexto escolar desses alunos. Vivemos em um meio social preconceituoso, que tem receio de inserir estes alunos no ensino regular e que ainda persistem na ideia de mantê-los somente em escolas especiais, o professor de apoio auxilia no processo de inclusão social e compreensão das necessidades desses alunos.

Acredita-se que o desenvolvimento de mais pesquisas sobre o tema proposto tende a contribuir para a superação das carências de literatura e possíveis soluções para tais perguntas.

Além disso, constatou-se a necessidade das relações afetivas entre os pedagogos e as crianças serem consideradas base para o desenvolvimento integral da criança. Além disso, notou-se que estudar a afetividade implica construir outro olhar sobre a prática pedagógica, não limitando o processo de ensino-aprendizagem apenas à dimensão cognitiva. O trabalho fundamentou-se em apresentar as contribuições da relação afetiva na educação infantil. A escola deve proporcionar um espaço de reflexões sobre a vida no todo, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e transformadora, não dissociando-se da afetividade. A

afetividade é imprescindível para o desempenho educacional, uma vez que a afetividade representa um aspecto importante no processo de aprendizagem, que tem como base o respeito mútuo, diálogo, e carinho recíproco.

REFERÊNCIAS

ADURENS, Fernanda Delai Lucas; VIEIRA, Camila Mugnai. Concepção de professores sobre a inclusão do aluno com autismo: uma pesquisa bibliográfica. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, v. 18, n. 2, p. 94-124, 2018.

ALMEIDA, Amélia Leite de. SILVA, Sandra Francisca da. **Atendimento educacional especializado para aluno com autismo: Desafios e possibilidades**. Intl. J. ofknowl. Eng., Florianópolis, 2012, v. 1, n. 1, p.62-88

ALMEIDA, A. R. S. **A emoção na sala de aula**. Campinas: Papyrus. 1999.

ALMEIDA Laurinda Ramalho (orgs.). **A constituição da pessoa na proposta de Henri Wallon**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

ANTUNES, Celso. **A afetividade na escola: educando com firmeza**. Londrina: Maxiprint, 2006.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARAÚJO, L de C. Artigo- **Jogos como recursos didáticos na alfabetização: O que dizem e fazem as professoras**. Educação em Revista Belo Horizonte, Dossiê Alfabetização e Letramento no Campo Educacional, v.36, e 220532, 2020.

BOSSA, Nádia Ap. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

BEZERRA, Ricardo José Lima. **Afetividade como condição para a aprendizagem: Henri Wallon e o desenvolvimento cognitivo da criança a partir da emoção**. 2006.

BRASIL. LEI 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. **Leis e Diretrizes da Educação**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

_____. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF:Senado Federal, 1988. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

BRITO, Elaine Rodrigues. **A inclusão do autista a partir da educação infantil: Um estudo de caso em uma pré-escola e em uma escola pública no Município de Sinop - Mato Grosso**. Revista Eventos Pedagógicos Articulação universidade e escola nas ações do ensino de matemática e ciências v.6, n.2 (15. ed.), número regular, p. 82-91, jun./jul. 2015

CODO, W. & GAZZOTTI, A. A. **Trabalho e Afetividade**. In: CODO, W. (coord.) Educação, Carinho e Trabalho. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

CORREIA, A. M. R.; MESQUITA, A. **Mestrados e Doutoramentos**. 2ª. ed. Porto: Vida Econômica Editorial, 2014.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Gerente, 2009.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar- ideias e práticas pedagógicas**. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. Paidéia, Ribeirão Preto, v. 17, p. 21-32, 2007.

EISENHOWER, Abbey S. BLACHER, Jan e BUSH, Hillary Hurts. **Longitudinal associations between externalizing problems and student-teacher relationship quality for young children with ASD**. Dept of Psychology, University of Massachusetts Boston, 100 Morrissey Boulevard, Boston, MA 02125, USA. 2014

FARIA, Sinara Silva Saba. MUÑOZ, Manuel Alfonso Díaz. **A Influência Da Afetividade Nas Relações Professor e Aluno: Na Educação Infantil de 3 a 6 anos**. 2011.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio XXI: o dicionário da Língua Portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

FEHR, E. **Contributos para o desenho de um programa de consciencialização, apoio e capacitação para os profissionais do sistema educativo na inclusão escolar de indivíduos com Perturbação do Espectro do Autismo**. 2020, 70f. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2020.

FONSECA, V. & OLIVEIRA, J. **Aptidões psicomotoras e de aprendizagem - Estudo Comparativo e Correlativo com base na escala de McCarthy**. Lisboa: Âncora Editora, 2009.

GOMIDE, A. B. **A promoção do desenvolvimento do aluno autista nos processos educacionais**. 2009. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOFFMANN, JUSSARA. **Ação educativa na creche**. Editora Mediação, 9º Edição. Porto Alegre. 2011

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2006.

KRENKEL, S; CARTIER, E; PESSOA, V. **Psicomotricidade**. Indaial: Uniasselvi, 2012.

LA TAILLE, Y. **Piaget, Vygotsky, Wallon**: Teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

LAGO, Mara. **Autismo na escola: ação e reflexão do professor**. 2007. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2007

LISBOA, A. M. J. **O seu filho no dia-a-dia**: dicas de um pediatra experiente. Vol. 3, Brasília: Linha Gráfica, 1998.

LOPES, R. P. V.; MARQUEZAN, R. **O Envolvimento da Família no Processo de Integração/Inclusão do Aluno com Necessidades Especiais**. Cadernos de Educação Especial, Santa Maria - RS, 2000.

MALDONADO, Maria Tereza. **Aprendizagem e afetividade**. Revista de Educação AEC, v.23, n.91, 1994.

MATTOS, Paulo de Carvalho Mattos. **Tipos de revisão de literatura**. Botucatu, 2015.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças**. 2002.

MORALES, Pedro Vallejo. **A relação professor-aluno**: o que é, como se faz. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

NETO, Eloi Alexandre Pereira. **A ambivalência do papel do professor de apoio permanente em salas regulares do ensino fundamental**. Londrina, 2009.

Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <<http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/ELOI%20ALEXANDRE%20PEREIRA%20NETO.pdf>> Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Aprovada pela Assembléia Geral da ONU, em 10 de dezembro de 1948.

PELOSI, M. B. & NUNES, L. O. P. **Caracterização dos professores itinerantes, suas ações na área de tecnologia assistiva e seu papel como agente de inclusão escolar**. *Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, vol.15, no.1, 2009*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382009000100010&script=sci_arttext> Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança, imitação, jogo, sonho, imagem e representação de jogo**. São Paulo: Zanhar, 1971.

PIAGET, J. **A construção do real na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

PRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. **A constituição da pessoa: integração funcional**. In: MAHONEY, Abigail Alvarenga; ALMEIDA Laurinda Ramalho (orgs.). *A constituição da pessoa na proposta de Henri Wallon*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

RAU, M.C.T.D. **A ludicidade na educação: uma atitude pedagógica**. Curitiba: Ibpex, 2007.

RIBEIRO, Marinalva Lopes e JUTRAS, France. **Representações sociais de professores sobre afetividade**. *Estudos de psicologia*. Campinas, v.23, n.1, p.39-45, mar 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid>. Acesso em: 03 de novembro de 2021.

ROSA NETO, F.; POETA, L. S. **Desenvolvimento psicomotor**. Indaial: Grupo Uniasselvi, 2010.

RODRIGUES, Janine Marta Coelho. **A criança autista: um estudo psicopedagógico**, Eric Spencer – Rio de Janeiro: Wak Editora 2010.

SANTOS, Regina Kelly dos. VIEIRA, Antônia Maira Emelly Cabral da Silva. **Transtorno do espectro do autismo (TEA): do reconhecimento à inclusão no âmbito educacional**. Universidade Federal Rural do Semi-Árida Coordenação Geral de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social. Disponível em: <<http://periodicos.ufersa.edu.br/revistas/index.php/includere>> Acesso em 22 de março de 2022.

SAVAL, Ana Carolina Rodrigues. DIAS, Marcelo. **Transtorno do espectro autista : do conceito ao processo terapêutico [livro eletrônico]** / São José/SC : FCEE,

2018. Disponível em: < <https://www.fcee.sc.gov.br/informacoes/biblioteca-virtual/educacao-especial/cevi/1075-transtorno-do-espectro-autista-do-conceito-ao-processo-terapeutico>> Acesso em 29 de março de 2022.

SERRA, Dayse C. G. **A inclusão de uma criança com autismo na escola regular: desafios e processos.** 2004. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular: entenda o autismo.** Fontanar, 2012. Disponível em: <<http://cursoposneuro.com.br/wpcontent/uploads/2015/08/MundoSingularEntenda-o-Autismo.pdf>>. Acesso em 22 de março de 2022.

SCHEFER, Maria Cristina; KNIJNIK, Gelsa. **Construindo uma pesquisa do “tipo etnográfico” na educação.** Revista Principia: DIVULGAÇÃO CIENTIFICAETECNOLOGICADOIFPB, João Pessoa, v. 1, n. 28, p. 108-108, dez. 2015.

TANAKA, L. M. **Contos de fadas frente à Inclusão Escolar: A construção da imagem simbólica coletiva.** São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010.

UCHÔA, Yasmim Figueiredo. **A criança autista na educação infantil: desafios e possibilidades na educação inclusiva.** Campina Grande – PB. 2015.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2005.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WALLON, Henri. **Do Ato ao Pensamento.** Tradução e organização: Patrícia Junqueira. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora: Massagana, 1942.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança.** (Trad. Claudia Berliner). São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança.** São; Martins Fontes, 2010.

ZIMMERMANN, E. C. **INCLUSÃO ESCOLAR,** 2008. Disponível em: < <http://www.webartigos.com/artigos/inclusao-escolar/5190/>> Acesso em: 16 de janeiro de 2022.